

# O COLAPSO DA MODERNIZAÇÃO PERIFÉRICA: A FRATURA BRASILEIRA DO CAPITALISMO MUNDIAL

FABIO MASCARO QUERIDO<sup>1</sup>

---

**Resumo:** Desde a gênese da formação social brasileira, a teoria social e a experiência estética nacional assumiram formas variadas na tentativa de adequar os conceitos e as categorias teóricas clássico-européias às características singulares do Brasil. Pretende-se neste ensaio reconstruir alguns elementos da dialética entre as nossas singularidades e o ritmo universal e desigual da acumulação capitalista, assim como sublinhar algumas das formas através das quais nossa experiência intelectual e estética respondeu a ela. Busca-se igualmente versar algumas notas preliminares sobre a importância e o significado dessas questões no mundo atual, quando o próprio processo de modernização, naquele seu sentido clássico (que determinou boa parte da nossa melhor tradição teórica), parece estar se esgotando, a ponto de o ritmo desigual e dualista da nossa modernidade, recheada de grandes bolsões de pobreza, tornar-se enfim uma das expressões mais sintomáticas da fratura social do capitalismo contemporâneo.

**Palavras-chave:** Modernidade periférica. Experiência intelectual. Dualidade. Colapso da modernização.

**Résumé:** Depuis la genèse de la formation sociale brésilienne, la théorie sociale et l'expérience esthétique nationale ont supposé des formes variées dans la tentative d'ajuster les concepts et les catégories théoriques classique-européennes aux caractéristiques singulières du Brésil. Se prétend dans cet essai reconstruire quelques éléments de la dialectique entre notre singularités et le rythme universel et inégal de l'accumulation capitaliste, ainsi que souligner certaines des formes à travers lesquelles notre expérience intellectuelle et esthétique a répondu à elle. Il se cherche également considérer l'importance et la signification de ces questions dans le monde actuel, quand le processus de modernisation, dans son sens classique (qui a déterminé bonne partie de notre mieux tradition théorique), semble être si en épuiser, à tel point que le rythme différent et dualiste de notre modernité, remplie par grands poches de pauvreté, se rendre enfin une des expressions le plus symptomatique de la fracture sociale du capitalisme contemporain.

**Mots-clés:** Modernité périphérique. Expérience intellectuelle. Dualité. Épuisement de la modernisation.

---

*O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cotejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro marcado entre as gerações precedentes e a nossa.*

Walter Benjamin

## INTRODUÇÃO

A compreensão das singularidades de um país como o Brasil, situado na periferia do capitalismo, revela, antes de tudo, as insuficiências dos modelos e lugares-comuns sociológicos elaborados para se pensar a transição à modernidade nas sociedades européias clássicas. A dialética da modernização, em países como o Brasil, apresenta um nível de complexidade desconcertante, imputando à teoria social crítica a necessidade de - a partir do caminho percorrido pelo desenvolvimento nacional - realizar uma

verdadeira análise concreta da situação concreta, tal como advertia Lênin aos russos na transição ao século XX. Aqui, como na Rússia, as formas ocidentais-européias clássicas tiveram que ser reinterpretadas, à luz dos desdobramentos singulares do nosso caminho ao mundo moderno. Da esquerda à direita do espectro político e teórico, a temática da disparidade entre a sociedade brasileira e as idéias do liberalismo europeu percorreu a ampla maioria das tentativas de interpretação do país, influenciando, igualmente, as análises e manifestações literárias e estéticas que por aqui emergiram.

Pois bem: ao longo da história do país, a teoria social e a experiência estética assumiram múltiplas formas em suas tentativas de apreender os principais traços que, concretamente, demarcaram a constituição do Brasil. Partindo desse pressuposto, o objetivo mais geral deste ensaio<sup>1</sup> refere-se à tentativa de compreender alguns aspectos notáveis da dialética entre a realidade singular e desigualmente combinada do desenvolvimento moderno brasileiro - como parte dos desdobramentos da modernidade capitalista internacionalmente constituída - e as formas através das quais nossa tradição intelectual e estética respondeu a ela, de sorte a configurar uma concepção do país que estivesse mais intimamente vinculada às múltiplas determinações realmente existentes, ora a nível explicitamente político, ora a partir de um prisma mais propriamente estético ou cultural. Afinal, “num país de passado colonial como o nosso, a vida ideológica sempre girou em torno da elaboração mental (e jurídico-administrativa) da imagem que melhor revelasse – ou mascarasse – a fisionomia do país” (ARANTES, 1995, p.127).

A reconstituição dos termos deste debate é central, não só pela importância teórica que nele reside, mas senão – e sobretudo – pois que sinaliza ainda hoje para a necessária compreensão dos dilemas da modernidade periférica brasileira, em um momento tal que o próprio processo de modernização, naquele seu sentido clássico, parece ter se esgotado, anunciando o seu próprio colapso. Se até outrora o epicentro da questão referia-se às formas de adaptação dos autores clássicos ao entendimento das peculiaridades da nossa realidade, muitas vezes tendo em vista a formulação de uma “sociologia da modernização” afinada (ou não) com nossa formação societal, já há algum tempo percebe-se uma perplexidade teórica sem precedentes no momento mesmo de apontar os caminhos a se seguir em um mundo caracterizado pelo congestionamento histórico das ideologias do progresso e da modernização.

<sup>1</sup> Para Adorno (2003), o ensaio se caracteriza pela renúncia à busca da certeza inevitável, própria do jargão positivista; no ensaio, como “forma”, os conceitos se tornam mais precisos tão-somente à medida que se relacionam e se engendram entre si, não comportando nenhuma definição absoluta em si mesmos. Assim, ao estabelecer uma relação entre a racionalidade científica e as potencialidades da imaginação, o ensaio talvez possibilite uma experiência intelectual mais aberta, ainda que – por outro lado – mais suscetível ao erro. No limite, a instabilidade e o caráter descontínuo do ensaio corresponde e dá forma à instabilidade própria do real e do espírito humano. Nele, uma totalidade é conscientemente construída, pois que não é dada imediatamente. Afinal de contas, “os paraísos do pensamento ainda são apenas paraísos artificiais, por onde passeia o pensamento” (ADORNO, 2003, p.40).

## EXPERIÊNCIA INTELECTUAL E SENTIMENTO DE DUALIDADE NA MODERNIDADE PERIFÉRICA

Em países de extração colonial como o Brasil, o desenvolvimento desigual e combinado da transição modernizadora expôs, conforme sugeriu Roberto Schwarz, uma situação em que “o conjunto de categorias históricas plasmadas pela experiência intra-européia passaria a funcionar num espaço com travejamento sociológico diferente, *diverso mas não alheio*, em que aquelas categorias nem se aplicam com propriedade, nem podem deixar de se aplicar” (SCHWARZ, 1995, p.95). Como parte da dinâmica abrangente do capital, “cujos desdobramentos lhe dão a regra e definem a pauta”, tais categorias têm aqui seu lugar. No entanto, na medida em que “a colonização não criava sociedades semelhantes à metrópole, nem a ulterior divisão internacional do trabalho igualava as nações” (SCHWARZ, 1995, p.95), tratava-se de um “espaço diverso”, e sua compreensão demandou a necessidade de um ajuste teórico das tensões singularmente constitutivas de uma formação social da “periferia do capitalismo”.

Historicamente, a formulação e a reapropriação das categorias “plasmadas pela experiência intra-européia” tiveram de acertar contas com a premissa básica de que nossa “dialética do esclarecimento”, como expressão periférica da dialética da Ilustração em seu conjunto, esteve apartada de seu ímpeto reformador, servindo-nos antes de tudo como um leque de aparência moderna, indispensável à convivência em um mundo que seguia crente nas possibilidades da “modernização”. Como bem salientara Roberto Schwarz, em *Nacional por subtração*, “brasileiros latino-americanos fazemos constantemente a experiência do caráter *postiço, inautêntico, imitado* da vida cultural que levamos” (2005, p.109). Por aqui, “todos comportam o sentimento da contradição entre a realidade nacional e o prestígio ideológico dos países que nos servem de modelo” (SCHWARZ, 2005, p.110)<sup>2</sup>.

No limite, essa espécie de “dualidade” desigualmente combinada implicava no desconcerto das concepções lineares do progresso, construídas sob a perspectiva de avanço das sociedades modernas centrais. O “sentimento da dialética” que aqui se anunciou, circunscrito aos limites de uma “dialética negativa”, enviesada por pares duais e

<sup>2</sup> “Privados de seu contexto oitocentista europeu e acoplados ao mundo da sociabilidade colonial, os melhoramentos da civilização que importávamos passavam a operar segundo outra regra, diversa da consagrada nos países hegemônicos. Daí o sentimento tão difundido de pastiche indigno, a que escapava Machado de Assis, cuja grande imparcialidade permitia ver um modo particular de funcionamento ideológico onde os demais críticos só enxergavam esvaziamento” (SCHWARZ, 2005, p.130).

antitéticos, colocava em xeque “as ilusões de uma concepção linear do progresso” e a “ingenuidade dos progressismos correntes”, conforme afirmara o mesmo Roberto Schwarz (1999, p.94). A recorrência às características concretas de um país periférico como o Brasil havia muito era capaz de evidenciar a insuficiência dos modelos atinados na intensidade da vanguarda da modernidade européia.

Atentando-se aos contratempos e às discontinuidades históricas mundiais do capitalismo (o desenvolvimento desigual e combinado), o “atraso” aparece, por aqui, como a contraface da modernidade especificamente periférica, como a sua verdade oculta necessária e funcionalmente integrada no circuito global de valorização do capital. “Pensado como ‘atraso’ em relação a uma norma temporal imaginária, o anacronismo acaba por impor-se não como anomalia residual, mas como atributo essencial do presente”, como afirmou certa vez Daniel Bensaïd (1999, p.45), em outro contexto.

Nota-se, portanto, que a “dialética negativa” e “sem síntese” que percorreu a vida cultural e ideológica do país revelou-se sensivelmente diferente daquela que, por assim dizer mais “clássica”, associa o termo à prosa realista do grande romance oitocentista (ARANTES, 1992, p.93). A dualidade que aqui se fez passar por uma espécie de “dialética negativa” constituiu-se, a bem da verdade, como o reverso periférico da dialética clássica, ao mesmo tempo em que acentuava a redefinição das contradições e das sínteses próprias a esta última, expressiva daquele momento europeu em que a negação convivia com a possibilidade de uma ordem burguesa em construção. Não por acaso, na formação social brasileira, a “homologia estrutural” entre forma estética e forma social (ou entre romance e sociedade), que se desenrolara sob a mediação da percepção de nosso caráter dual e instintivamente dialético, seguiu caminhos um tanto quanto diferentes daqueles pelos quais emergiu o grande romance realista dos séculos XVIII e XIX, ancorado na ânsia pela compreensão das relações sociais realmente existentes em sua totalidade.

Eis, portanto, as raízes da limitação do mero transplante do modelo da dialética clássica, como aquela cuja formulação se deve a Lukács, para a compreensão da dinâmica política e cultural do Brasil. A bem da verdade, em se tratando do modelo lukacsiano, seu esquema do romance europeu pode muito bem ser utilizado para melhor articular a compreensão das especificidades do nosso romance realista, em um país que não seguiu os mesmos parâmetros normativos clássicos. Assim, a teoria se permite a autotransformação à medida mesma em que é posta a prova das singularidades de um país de capitalismo periférico como o Brasil.

Não é o que se vê, por exemplo, nos romances de José de Alencar, nos quais a transplantação do modelo do romance europeu transforma as especificidades da formação social brasileira em “defeitos”, desvios de percurso. Importando a mesma composição formal do realismo europeu de influência romântica, José de Alencar não pôde captar a natureza singular da modernidade periférica no país, cuja mediação do favor colocava o primeiro “em desacordo com o que a vida brasileira lhes confere” (SCHWARZ, 2000, p.53).

Por aqui, era preciso ter em conta que o nosso realismo literário, não afeito ao classicismo de um Balzac, por exemplo, delimitar-se-ia sob padrões um tanto quanto diversos daqueles referentes ao padrão europeu-clássico. No espectro da articulação e combinação desigual entre várias formas de relações sociais e de produção, o grande “romance realista” floresceu, no Brasil, através da utilização deliberada de recursos literários nitidamente anti-realistas (ARANTES, 1992, p.93). Estamos falando, evidentemente, da figura de Machado de Assis, cuja sofisticação da forma literária foi capaz de desvendar a forma social constitutiva do país, forma esta que veio a servir de alicerce fundamental para que o próprio crítico (no caso, Roberto Schwarz) pudesse sistematizar o método dialético de uma crítica literária que era ao mesmo tempo uma interpretação do Brasil.

Machado de Assis reiterou em nível formal o deslocamento próprio da vida ideológica e cultural brasileiro em relação à Europa, sabendo tirar proveito desse desajuste e dessa dualidade, inevitáveis em um país dependente como o Brasil. “Esta será a façanha de Machado de Assis”, diria Roberto Schwarz (2000, p.36). No Machado da segunda fase, bem percebeu Schwarz, a figura do narrador transformava em *forma* a dualidade própria de nossas classes dominantes, através de um constante vai-e-vem entre a norma e a infração, entre o arbítrio e o discurso esclarecido. Na “raiz social” dessa volubilidade narrativa estava nada mais nada menos que a marcha singular do “liberal-escravismo” que aqui se fez ideologia dominante. Assim, o narrador machadiano, captando com maestria o espírito dual de nossas elites, operava uma estilização formal da combinação dialética entre o antigo regime colonial e o mundo moderno. Em melhores palavras: “a permanente reversibilidade de norma e infração que define a gangorra caprichosa em que balança o narrador machadiano estiliza a convivência descompassada de Antigo Regime colonial e país burguês” (ARANTES, 1992, p.92). Enfim, prosa e ritmo social seriam igualmente regidos pela mesma lógica dual, que acabava por se transformar em uma “dialética sem síntese”, mediação da coexistência e

articulação de “dois Brasis”, como sugeria a fórmula típica do dual-funcionalismo.

Nos textos literários de Machado de Assis pode-se verificar a formalização da experiência brasileira, cuja coexistência do atraso junto ao desenvolvimento do moderno nos conferiu uma percepção própria, singular. Por conseguinte, é precisamente a subjacência desse atraso ainda não completamente morto que possibilitou a gênese de um romancista tão perspicaz na caracterização das especificidades dessa experiência social brasileira, centrada na permanência do atraso e na sua combinação com um moderno que já havia adentrado na fase de sua “decadência ideológica”<sup>3</sup>, após as revoluções de 1848<sup>4</sup>. Daí que, talvez, “se o Brasil não fosse dois, não teríamos voz no capítulo da literatura mundial” (ARANTES, 1992, p.100). Uma vez mais, o caso brasileiro apresenta uma feição semelhante àquela que se deu na Rússia; ali também se percebia a existência de uma modernidade (no século XIX) igualmente ambígua e dualista, destoada por um complexo de complexos, sobre os quais se ergueu uma figura como Dostoiévski, cujo “homem do subsolo”, ao se deixar percorrer por uma certa dualidade, apresentaria, segundo Roberto Schwarz (1989c), algumas afinidades com o nosso Brás Cubas. De dentro do “atraso histórico” operante, o romance burguês encontraria, aqui e lá, um quadro mais complexo, onde o progresso moderno já é percebido como uma desgraça e o atraso como uma vergonha e traço de inferioridade (SCHWARZ, 1989c). Como se não bastasse, o crítico norte-americano Marshall Berman, ao operar a análise de uma “modernidade bizarra e desvirtuante”, como aquela de São Petersburgo ao longo do século XIX, constatou também a existência de um dualismo russo, cujo contraponto ao incipiente cosmopolitismo petersburguense era resfriado pelo tradicionalismo “anacrônico” de Moscou. Para o intelectual norte-americano, não seria arbitrário “interpretar a Rússia do século XIX como um arquétipo do emergente Terceiro Mundo do século XX”. (BERMAN, 1999, p.170).

<sup>3</sup> Para Lukács (1968), as emblemáticas revoluções de 1848, ao evidenciarem o fim das potencialidades revolucionárias da burguesia, acabaram por se constituir no grande divisor de águas da cultura moderna. A ampla maioria da arte posterior a esse período – salvo poucas exceções – seria duramente caracterizada como expressão da “decadência ideológica” do horizonte espiritual burguês, de agora em diante incapaz de dar origem a uma prosa autenticamente realista, que, através de seus personagens, revele as determinações últimas da realidade social.

<sup>4</sup> Exatamente por isso, diz Roberto Schwarz: “Privados de seu contexto oitocentista europeu e acoplados ao mundo da sociabilidade colonial, os melhoramentos da civilização que importávamos passavam a operar segundo outra regra, diversa da consagrada nos países hegemônicos” (SCHWARZ, 1989a, p.44).

A figura machadiana bem mostrou que, no limite, o problema não é a imitação em si mesma, segundo sugerem aquelas sempre revitalizadas e conservadoras defesas da identidade ou integridade nacional. A perspicácia maior de Machado de Assis foi justamente a capacidade de estabelecer uma relação/imitação crítica das formas europeias modernas, o que lhe permitiu atinar com a idéia de que os desajustes da sociedade brasileira não significam apenas sinais de atraso nacional, mas sim traços essenciais da própria modernidade, do seu formalismo superficial, que facilmente se transforma em acobertamento da persistência dos males que o espírito moderno prometia erradicar. Tratava-se, e assim Machado bem soube proceder, de se travar um processo de “devoração” (isto está, absorção criteriosa dos ventos culturais externos) da cultura europeia, com vistas à construção de uma literatura e de uma teoria social brasileira moderna. Mesmo porque, gostemos ou não, não deixamos de ser um “ponto nevrálgico” por onde passa e se revela algo da História Mundial (SCHWARZ, 1989c; CANDIDO, 1970).

A vida cultural e ideológica nacional sempre refletiu as ambivalências imanentes à condição periférica do país, de onde se destaca um notável “sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira” (ARANTES, 1992), uma dialética quase que instintiva, “negativa”, envolta por um composto de pares duais, antitéticos, de que a obra de Sérgio Buarque de Holanda é expressão certa. Dualidade, aliás, que se bem compreendida, mostra-se como algo substancialmente diferente de uma dualidade de tipo funcionalista, normativa, sociologicamente estática; dualidade dialética, por assim dizer, expressão periférica do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. É nessa perspectiva que se tornou possível a compreensão satisfatória, por aqui, de uma vida cultural e ideológica em que, amalgamando o “arcaico” e o “moderno”, as idéias pareciam, de fato, estar “fora do lugar” (SCHWARZ, 1989c).

No processo de compreensão propriamente teórica da articulação dialética entre o “atraso” e o “moderno”, traduzindo as ambivalências próprias da formação social brasileira, merece destaque a tradição teórica que, inicialmente constituída ao redor da figura de Florestan Fernandes na Universidade de São Paulo (USP), desdobrou-se na formação do assim chamado “Seminário d’O Capital”. Segundo Paulo Arantes, o Seminário de Marx, como também ficou conhecido, definia-se “pelo propósito de rever integralmente as interpretações do país e do marxismo” (ARANTES, 1995, p.126). Em sua plataforma teórica, a “nova geração uspiana” combinava: em primeiro lugar, um “repúdio ostensivo do marxismo dito soviético”;

em segundo, uma tentativa de “rejuvenescer o marxismo, que de catecismo voltaria a ser forma inspiradora de conhecimento vivo, graças também ao esforço de legitimá-lo no terreno adverso da respeitabilidade científica”; enfim, “como ponto de partida e horizonte conclusivo”, buscava-se nada mais nada menos do que “refazer radicalmente o diagnóstico da síndrome brasileira de origem, do complexo colonial à nossa inserção oblíqua e subordinada no sistema mundial do capitalismo contemporâneo” (ARANTES, 1995, p.127).

Alargando os termos da dialética localismo-cosmopolitismo, momento chave da “sensação de dualidade” que delimitou os principais traços da “experiência brasileira”, a cultura filosófica e sociológica da “Maria Antônia” almejou, principalmente após o golpe de 1964, redefinir não apenas a compreensão e as possibilidades de superação daquilo que Florestan Fernandes chamava de “obstáculos estruturais à emergência da ordem social competitiva” no Brasil. Antes de tudo, era preciso também “desvendar as formas através das quais o ‘atraso’ se combinava com o ‘moderno’ e era funcional a ele” (LAHUERTA, 2005, p.182). Uma vez mais, retorna-se à dualidade própria da formação social brasileira.

## DUALIDADE À BRASILEIRA: O MODERNISMO ESTÉTICO

O primeiro modernismo brasileiro, ele mesmo expressão daquela “imundície de contrastes” em face da qual Mario de Andrade já nos alertara, também é tributário dessa cisão de origem que atravessou toda a história do país. Se o seu impulso inicial rendia tributos ao cosmopolitismo moderno de São Paulo e às transformações que o primeiro pós-guerra provocou nos sistemas culturais mundialmente<sup>5</sup>, sua relação própria entre forma e conteúdo era delimitada, em última instância, pela dualidade característica da nossa formação social. Era na São Paulo do moderno triunfante, mas também contraditório, que as “imagens novas da indústria, da máquina, da metrópole, do burguês, do proletário e do imigrante, e, sinal de relevo, do intelectual sofrido e irônico, puderam surgir na poesia de Mário e no mosaico futurista de Oswald de Andrade” (BOSI, 1979, p.143). E no âmbito desse *espaço-tempo* moderno, optava-se pelo efeito de

<sup>5</sup> “A virada do primeiro pós-guerra foi internacional e fez brechas em todos os sistemas culturais que mostravam indícios de saturação. No Brasil, a área em que o conflito *provinciano/cidadino* se fazia sentir com mais agudez era São Paulo. Aqui a ruptura foi possível, porque só aqui o processo social e econômico gerava uma sede de contemporaneidade junto à qual o resto da nação parecia ainda uma vasta província de Parnaso” (BOSI, 1979, p.141).

síntese à minúcia descritiva (BOSI, 1979), de onde se destacou a figura de Oswald de Andrade.

Oswald de Andrade, em um momento em que o modernismo ainda não havia sido cooptado pelos intentos da modernização conservadora (e, portanto, quando ainda não havia sido revelada aquela certa dose de ingenuidade e ufanismo em suas proposições<sup>6</sup>), realizou uma das mais interessantes expressões artísticas da dualidade à brasileira. A obra de Oswald, toda percorrida por conclusões otimistas, e por vezes eufórica, quanto aos rumos dessa cisão dual, sustentou-se na justaposição alegórica de elementos próprios ao Brasil-colônia e ao Brasil-burguês, por meio das quais conviveram e se conciliaram o “moderno-de-província”, o “moderníssimo” e claro, o “arcaico”. Situado no ponto alto do modernismo nacional e internacional, o poeta brasileiro se viu marcado pelas perspectivas radicalmente democráticas e antitradicionais abertas pelo progresso industrial<sup>7</sup>, ditadas na época pela crise geral da ordem burguesa. Entretanto, “a modernidade no caso não consiste em romper com o passado ou dissolvê-lo, mas em depurar os seus elementos e arranjá-los dentro de uma visão atualizada e, naturalmente, inventiva, como que dizendo, do alto onde se encontra: tudo isso é meu país” (SCHWARZ, 1989b, p.22)<sup>8</sup>.

Tratava-se de uma fusão entre técnica e instinto (BOSI, 1979), que acabaria fazer resplandecer uma visão dualmente encantada do Brasil, envolvendo as partes contrárias numa mesma simpatia; algo que, para Schwarz, contribuiu para suspender os antagonismos em favor de uma harmonização alegórica: o que era conflito real transforma-se contraste pitoresco (SCHWARZ, 1989b, p.21, 22). O mesmo equívoco estaria na raiz da versão estética do dualismo posterior ao golpe de

<sup>6</sup> Em relação à crença mantida por Oswald de Andrade de que o primitivismo local poderia expressar um mapa alternativo – não-burguês – no progresso moderno, inclusive com muito a ensinar ao Ocidente, Roberto Schwarz (1989b, p.38) é categórico: “A distância no tempo torna visível a parte de ingenuidade e também ufanismo nestas propostas extraordinárias”.

<sup>7</sup> Vide a fórmula oswaldiana a um só tempo interessante e curiosa: inocência brasileira + técnica = utopia. Como Marx nas cartas a Vera Sassulitch (1881), em que o filósofo alemão especulava sobre a possibilidade de a comuna camponesa russa saltar ao socialismo sem a plena consecução capitalista, “a Antropofagia visava queimar uma etapa” (SCHWARZ, 1989b, p.37).

<sup>8</sup> Mais intensamente que as vanguardas européias, a questão nacional influenciou decisivamente o modernismo brasileiro. Para o modernismo nacional, tratava-se antes de tudo de se inventar um país moderno. Assim, enquanto as vanguardas européias “não têm pátria, nem padrão, estilo ou valores nacionais propriamente a serem identificados e reconhecidos, o modernismo artístico brasileiro imprimiu ênfase na chave nacional e nacionalista, não podendo ser interpretado sem essa mediação que lhe distingue a gênese e os traços de forma e conteúdo” (FACIOLI, 1994, p.166).

1964: o Tropicalismo, com sua requintada “mistura” das guitarras com o melhor de nossa tradição dos sertões. Condicionado pelo “novo e excitante surto de industrialização” de 1955/60, o tropicalismo brasileiro teria como eixo angular o resgate neo-antropofágico daquela visão técnico-mítica do nosso primeiro modernismo, que, também pautado por nossa ânsia de modernidade, ainda guardava esperanças nas promessas da modernização, ao contrário de boa parte das vanguardas européias, como o surrealismo. No limite, por aqui, recolocava-se o país nas trilhas de um encontro apontado para o futuro.

A busca pela fusão das raízes mais profundas do povo brasileiro com a luta por uma perspectiva de futuro, dualidade imanente aos ofícios políticos e culturais da experiência brasileira, também seria marcante no espectro do florescimento político-cultural que sacudiu o país ao final da década de 1950 e nos anos 60. Para Marcelo Ridenti (2006), aquele foi um período em que se construiu uma “estrutura de sentimento da brasilidade (romântico) revolucionária”, em um movimento que, a um só tempo moderno e crítico da modernidade (uma “autocrítica da modernidade”, como diria Michael Löwy a propósito dos modernos movimentos de coloração romântica), almejava entrever “no passado (as raízes populares nacionais) as bases para construir o futuro de uma revolução nacional modernizante que, ao final do processo, poderia romper as fronteiras do capitalismo” (RIDENTI, 2006, p.233). Na miragem da “razão dualista” disseminada pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), o “homem novo” entrelaçado pela brasilidade romântico revolucionária baseava-se em uma idealização do autêntico homem do povo, situado no passado e não contaminado pela modernidade urbana. Fariam parte dessa constelação multifacetada desde a trilogia clássica do início do Cinema Novo (*Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos; *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha; e *Os Fuzis*, de Ruy Guerra), passando pela

dramaturgia do Teatro de Arena de São Paulo ou de Dias Gomes, pela música engajada de Carlos Lyra e Sérgio Ricardo até as manifestações oriundas dos CPCs (Centros Populares de Cultura) da UNE (RIDENTI, 2006, p.234).

Essas obras e manifestações estéticas e culturais, em sua idealização do homem do campo<sup>10</sup>, e a despeito da variedade artística e cultural que representam, buscavam “no passado uma cultura popular autêntica para construir uma nova nação, ao mesmo tempo moderna e desalienada” (RIDENTI, 2006, p.235); vislumbravam assim uma modernização alternativa, cujo acento para o futuro vinha acompanhado de uma nostalgia melancólica em relação a uma comunidade mítica já não existente. O “país do futuro” seria entreposto ao resgate e rememoração das nossas raízes, do nosso passado, que seriam sintetizados na arte nacional-popular. A tradição dos oprimidos do passado como componente ativo na configuração de uma perspectiva de futuro, desdobramentos que acenariam para o que Michael Löwy (1995) denomina “romantismo revolucionário”<sup>11</sup>. Mesmo o tropicalismo, a sua maneira peculiar, e divergindo de boa parte da brasilidade nacional-popular no campo da MPB, também fez parte dessa estrutura de sentimento, muito embora já anunciando seu esgotamento e antevendo – talvez – a emergência de uma nova estrutura de sentimento (RIDENTI, 2006, p.245).

Ora, o modernismo nas artes pressupõe uma relação tensa e contraditória com o processo de constituição da modernidade. Segundo a argumentação de Perry Anderson (2002), em texto no qual polemiza com o crítico norte-americano Marshall Berman, o modernismo se caracteriza historicamente: 1) pela resistência ao academicismo nas artes; 2) pelas invenções industriais de impacto na vida cotidiana, geradoras de esperanças libertárias no avanço tecnológico; 3) e pela “proximidade imaginativa da revolução social” (RIDENTI, 2006, p.246). Essas coordenadas teriam desaparecido na Europa após a Segunda Guerra; porém, permaneceriam presentes em muitos dos países do chamado Terceiro Mundo, ainda que sob

<sup>9</sup> Para Michael Löwy (1990, 1995), o romantismo não se reduz, como se acostumou a pensar, a uma escola literária do século XIX; muito além, seu espectro ultrapassa o domínio das formas estéticas tradicionais, comportando, através de um eixo interno comum – *idéia-força* – que lhe é singular, os vários elementos aparentemente contraditórios assumidos por suas manifestações concretas. Em suas palavras, “a característica essencial do anticapitalismo romântico é uma *crítica radical à moderna civilização industrial (burguesa)* – incluindo os processos de produção e de trabalho – em nome de certos valores sociais e culturais pré-capitalistas”. Todavia, continua ele, “a referência a um passado (real ou imaginário) não significa necessariamente que tenha uma orientação reacionária ou regressiva: pode ser revolucionária tanto quanto conservadora” (LÖWY, 1990, p.36 – grifos do original).

<sup>10</sup> É bom lembrar que, a despeito da idealização às vezes excessiva do homem rural supostamente não contaminado pela modernidade capitalista/urbana, essas crenças ancoravam-se em uma base real: “a insurgência dos movimentos de trabalhadores rurais do período”, como as Ligas Camponesas. A sociedade brasileira, ainda predominantemente agrária, passava por um dos mais rápidos processos de urbanização da história. Ademais, vivia-se o impacto das revoluções camponesas no exterior, especialmente em Cuba e no Vietnã.

<sup>11</sup> Além do mais, os anos 60 foram profundamente marcados, a nível internacional, por vários traços de um certo romantismo revolucionário: “a fusão entre vida pública e privada, a ânsia de viver o momento, a liberação sexual, a fruição da vida boêmia, o desejo de renovação (...) e a relativa pobreza de jovens artistas e intelectuais” (RIDENTI, 2006, p.238).

a tendência em superá-las. Para Ridenti (2006, p.246, 247), essas coordenadas históricas do modernismo estavam presentes na sociedade brasileira, “do final dos anos 1950 até 1968”. Nesse período,

era significativa a luta contra o poder remanescente das oligarquias rurais e suas manifestações políticas e culturais, havia um otimismo modernizador com o salto na industrialização a partir do governo Kubitschek, sem contar o imaginário da revolução brasileira – fosse ela democrático-burguesa (de libertação nacional) ou socialista –, impulsionado pelos movimentos sociais de então (RIDENTI, 2006, p. 246, 247).

### **O ESGOTAMENTO DA MODERNIZAÇÃO: O BRASIL COMO LABORATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO**

No entanto, o esgotamento da modernização almejada, aqui, como no mundo, no âmbito da chamada Terceira Revolução Industrial (desde pelo menos a década de 1960), anunciara o congestionamento daquelas coordenadas históricas do modernismo, razão pela qual hoje encontramos neste “estado de sítio” permanente, não mais impulsionados por um futuro a ser alcançado, como naquele período histórico em que ainda estavam garantidas algumas das possibilidades oriundas da Segunda Revolução Industrial. E, nesse contexto, ainda que a globalização manifeste mais uma tentativa de liquidar as “patologias” subsistentes nas sociedades periféricas, a ambivalência entre civilização e barbárie, em medida crescente, revela a impossibilidade de qualquer reunificação modernizante.

No expressivo caso brasileiro, o esgotamento do desenvolvimentismo abriu o terreno para a emergência intempestiva daquilo que Chico de Oliveira bem chamou de “ornitorrinco”, esse “bicho que não é isso nem aquilo”. Se até outrora, o subdesenvolvimento, no âmbito das possibilidades legadas pela Segunda Revolução Industrial, ainda supunha a possibilidade de saltos e avanços na transição capitalista-moderna, a irrupção do “ornitorrinco”, tributário das modificações impostas pela Terceira Revolução Industrial, torna evidente, a bem dizer, a nossa “evolução truncada”, que por sua vez desautoriza de uma vez por todas a velha crença de que poderíamos, se nos voltássemos para o futuro capitalista, superar os aspectos “passageiros” do capitalismo dependente. “Enquanto o progresso técnico da Segunda Revolução Industrial permitia saltar à frente, operando por rupturas sem prévia acumulação técnico-científica, por se tratar de conhecimento difuso e universal, o novo conhecimento técnico científico está trancado nas patentes, e não está

disponível nas prateleiras do supermercado das inovações” (OLIVEIRA, 2003, p.138).

A chamada Terceira Revolução Industrial, intensificada no bojo da mundialização do capital, levou aos extremos a informalidade como necessidade mesma da reprodução do capital. “Este é o lado contemporâneo não-dualista da acumulação de capital na periferia, mas que começa a se projetar também no núcleo desenvolvido” (OLIVEIRA, 2003 p.137). Mais do que nunca, necessita-se, então, de uma ruptura com a “idéia fixa construção-nacional-interrompida, herdada do imaginário positivador da assim chamada modernização capitalista” (ARANTES, 2008, p.17)<sup>12</sup>.

A própria trajetória de Chico de Oliveira, desde a “Crítica da razão dualista” (1972) até o recente “O ornitorrinco” (2003), é expressiva dos caminhos percorridos pelo capitalismo periférico à brasileira. A “Crítica...”, apesar de desautorizar com muita acuidade as ilusões desenvolvimentistas e modernizadoras de um certo dualismo cepalino, ainda se deixava animar pela perspectiva de superação histórica da nossa condição. Articulando política, economia e classes sociais, e na contramão do dualismo da CEPAL, Chico de Oliveira “imaginava um esquema moderno de viabilização nacional, que convocava o país à consciência inclusiva – por oposição a excludente –, como momento de autotransformação” (SCHWARZ, 2003, p.19). Já o “ornitorrinco”, por seu turno, assinala as razões para a “derrota” das poucas esperanças que a “Crítica...” havia anunciado; o ensaio enuncia a derrocada final das possibilidades imanentes à condição de país subdesenvolvido.

O recente colapso da modernização<sup>13</sup>, que encontra na periferia a sua expressão mais dramática, parece ter congestionado até mesmo a possibilidade da imagem republicada tradicional da nação integradora, o que não impediu que as classes dominantes ainda elegessem a “exclusão” como o eixo da “fratura social” do mundo, identificando-a

<sup>12</sup> “O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Restam apenas as ‘acumulações primitivas’, tais como as privatizações propiciaram: mas agora com o domínio do capital financeiro, elas são apenas transferências de patrimônio, não são, propriamente falando, ‘acumulação’ [...]. O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão” (OLIVEIRA, 2003, p.150).

<sup>13</sup> Na perspectiva de Robert Kurz (1993), a derrocada do *socialismo realmente existente* no Leste europeu, longe de sugerir a vitória definitiva do capitalismo e do Ocidente, manifestou, na verdade, os sintomas mais evidentes da crise global do moderno sistema produtor de mercadorias, anunciada pelo colapso das famigeradas ideologias da “modernização”.

com o atraso a ser superado. Nesse sentido, a histórica condição subdesenvolvida dos países periféricos - em cuja modernização se vislumbrava a superação do atraso -, transforma-se na vanguarda e no “laboratório do desenvolvimento desigual e combinado de um capitalismo que parece continuar o mesmo” (ARANTES, 2004, p.77). Afinal, “o nosso trabalho informal em metástase anuncia o futuro do setor formal mundo afora, está aqui um dos grandes laboratórios em que a Terceira Revolução Industrial, regime financeiro da acumulação etc., precipitou a universalização de trabalho abstrato” (ARANTES, 2007, p.223). Em tempos de acumulação flexível, a fluidez ordem-desordem, característica da formação histórica brasileira, torna-se a exceção permanente de uma “periferização do mundo”, algo como uma extensão planetária da fratura social típica das sociedades periféricas<sup>14</sup>. Na França, por exemplo, em face da emergência de grandes bolsões de precarização social, “não faltou quem começasse a reparar que não era inteiramente arbitrária a transposição europeia de conceitos forjados há 30 anos por especialistas franceses em América Latina” (ARANTES, 2004).

Mas atenção: como já havia alertado Roberto Schwarz em *Nacional por subtração* (2005, p.117-120), tal situação não significa um afrouxamento das relações de subordinação entre os países. O alívio proporcionado pela ruptura conceitual com o primado da origem e das hierarquias (empreitada cara à filosofia pós-estruturalista francesa, especialmente Foucault e Derrida) não anula a subordinação concreta, que se traduz na revitalização, sob novas bases, do ímpeto imperialista do capitalismo. A periferia ainda é periferia, e por isso reproduz de forma ampliada e intensificada os traços mais deletérios do sistema capitalista global, principalmente o desemprego crônico. O problema é que, cada vez mais, é essa periferia a regra geral, a exceção permanente do capitalismo, de tal forma que os países do “centro” do sistema vêem a proliferação de dilemas e dramas sociais que, até então, pareciam confinados ao lado desvirtuado – e subdesenvolvido – da reprodução capitalista.

De certa forma, portanto, a dualidade é brasileira, enquanto expressão periférica das perversidades da modernização capitalista, manifesta traços cada vez mais universais da “fratura social” do mundo contemporâneo, no qual

as grandes metrópoles constituem o lócus de convivência dos grandes aglomerados mais avançados do capital com o contraste opulento e socialmente necessário dos grandes bolsões de pobreza. Como não poderia deixar de ser, o esgotamento histórico da modernização e das doutrinas do progresso impôs novos desafios ao pensamento social crítico. O “esgotamento histórico real” da modernização, do qual as teorias em defesa da “mudança de paradigma” constituem “apenas uma sintomática desconversa” (ARANTES, 2000, p.367), revelaram a necessidade de uma revisão crítica profunda das estratégias teóricas orientadas pelas possibilidades e brechas do processo de modernização. Para Paulo Arantes (2008, p.13), “se a esquerda intelectual brasileira pretende mesmo algum dia despertar do coma profundo em que se encontra, creio que a primeira providência seria repassar os grandes lugares comuns de nossa tradição crítica por um prisma teórico e político à altura da ruptura de época que estamos atravessando às cegas”.

Se tivermos, nesse processo, alguma “vantagem” (do “atraso”, poderíamos acrescentar), trata-se justamente da percepção, imanente às ambivalências e dualidades de um país da periferia do capitalismo como o Brasil, dos limites e das perversões do “progresso” e da “modernidade”. Desde os primórdios da formação social brasileira, fomos parte – sem necessariamente colher os seus frutos maduros – do circuito global de valorização do capital, testemunhando com agudeza a sua face mais diretamente perversa, assim como os limites dos paradigmas ideológicos dominantes. Assim, a experiência da vida social brasileira – para a qual a sensação ideológica e artística de dualidade era a sua expressão certa – pode proporcionar um bom ponto de partida para a revitalização da teoria social crítica hoje, quando a articulação dialética entre o “atraso” e o absolutamente moderno assume novas dimensões. Voltando os olhos para o passado, podemos recolher algo para a compreensão do presente. E, em se tratando de dramaticidade social, nossa história bem pode contribuir para a compreensão da fratura social mais geral do capitalismo internacional.

Esta, a verdadeira “fratura social” do mundo, que o passado colonial dos países periféricos continua a testemunhar, como se vê, por exemplo, na junção hoje nada paradoxal entre o moderno agro-negócio e as mais bárbaras formas de exploração humana, como se a “obra da escravidão” de que falava Nabuco ainda deixasse suas marcas. Assim se configura a barbárie moderna à brasileira, cujo microcosmo foi bem percebido por Cláudio Assis, em seus dois recentes e interessantíssimos filmes: *Amarelo Manga* e *Baixio das Bestas*. O Brasil, como a Recife de Assis, segue

<sup>14</sup> Walter Benjamin já havia, décadas atrás (sob a vigência dramática do fascismo), chamado atenção para o caráter “permanente” da exceção no mundo capitalista. Disse ele: “A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade” (BENJAMIN, 1994, p.226).

reproduzindo uma realidade amarelada, como a “cor das mesas, dos bancos, dos tamboretas, dos cabos das peixeiras, da enxada e da estrovena. Do carro-de-boi, das cangas, dos chapéus envelhecidos, da charque. Amarelo das doenças, das remelas dos olhos dos meninos, das feridas purulentas, dos escarros, das verminoses, das hepatites, das diarreias, dos dentes apodrecidos... Tempo interior amarelo. Velho, desbotado, doente”<sup>15</sup>. Um *tempo amarelo* cujo reverso mais cruel é a brutalidade humana transformada em lógica social.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: *Notas de Literatura I*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2003.
- ANDERSON, Perry. Modernidade e Revolução. In: *Afinidades Seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ARANTES, Paulo. Eduardo. A fratura brasileira do mundo. In: *Zero à Esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004.
- \_\_\_\_\_. Entrevista. In: NOBRE, Marcos; REGO, José Márcio. *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- \_\_\_\_\_. Entrevista a Luciano Pereira. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 31(2), 2008. pp.7-18.
- \_\_\_\_\_. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. Origens do marxismo filosófico no Brasil: José Arthur Giannotti nos anos 60. In: MORAES, J. Q. (org.). *História do marxismo no Brasil*. Vol. II. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. pp.125-181.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp.222-232.
- BENSAÏD, Daniel. *Marx intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1999.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BOSI, Alfredo. Moderno e modernista na literatura brasileira. In: *Temas de Ciências Humanas*, n.6. São Paulo, 1979.
- CANDIDO, Antônio. Dialética da Malandragem. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.8, São Paulo, 1970.
- FACIOLI, Valentim. O Brasil e o surrealismo (aspectos do campo da produção artística erudita no período de 1920 a 1950). In: *Organon: revista do instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Aspectos do Surrealismo*. Volume 8, Número 22, 1994. pp.157-182.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2002.
- LAHUERTA, Milton. Em busca da formação social brasileira: marxismo e vida acadêmica. In: *Perspectivas*, São Paulo, 28, 2005. pp.157-186.
- LÖWY, Michael. *Romantismo e Messianismo*. São Paulo: Perspectiva, Edusp, 1990.
- LÖWY, Michael. & SAYRE, Robert. *Revolta e Melancolia: O romantismo na contramão da modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. (tradução: Karen E. Barbosa).
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica da Razão Dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- RIDENTI, M. Artistas e política no pós-1960. In: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Élide; ROLLAND, Dênis. (org.) *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 229-262.
- SCHWARZ, Roberto. A importação do romance e suas contradições em Alencar. In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2000. pp.33-82.
- \_\_\_\_\_. Nacional por subtração. In: *Que horas são?*. Companhia das Letras, SP. 1989a.
- \_\_\_\_\_. A Carroça, o bonde e o poeta modernista. In: *Que horas são?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989b.
- \_\_\_\_\_. As idéias fora do lugar. In: *Que horas são?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989c.

<sup>15</sup> O poema *Tempo Amarelo*, que serviu de inspiração à composição de *Amarelo Manga*, é de autoria de Renato Carneiro Campos.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: OLIVEIRA, Francisco. *Crítica da Razão Dualista. O ornitorrinco*. Boitempo, SP. 2003.

\_\_\_\_\_. Um seminário de Marx. In: *Seqüências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

---

<sup>i</sup> Mestrando em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara. FCLAr, UNESP. 14800-901. Bolsista FAPESP. O presente texto constitui parte específica da investigação mais ampla sobre as conseqüências do esgotamento da modernização e das ideologias do progresso no pensamento social crítico contemporâneo, especialmente na obra de Michael Löwy.